

Produção discursiva sobre ensino e aprendizagem filosófica

Discursive production on philosophical teaching and learning

Elisete M. Tomazetti¹

RESUMO

Nesse artigo, são apresentadas algumas ideias resultantes da pesquisa “Ensino e Aprendizagem Filosófica em Discurso”, que tem como objetivo a análise das produções discursivas sobre ensino e aprendizagem filosófica materializados nos livros publicados a partir do Simpósio Sul-Brasileiro sobre Ensino de Filosofia, organizado pelo Fórum Sul de Cursos de Filosofia da Região Sul do Brasil. Durante uma década, o referido evento foi realizado, anualmente, em alguma universidade da região, com posterior publicação de um livro. Há, portanto, um significativo conjunto de livros que guardam discursos sobre o ensino de Filosofia no contexto da escola básica e sobre a formação dos professores de Filosofia nas instituições de Ensino Superior. Procurou-se realizar um exercício de análise discursiva inspirada na obra de Michel Foucault.

Palavras-chave: ensino de Filosofia; filosofar; discurso.

ABSTRACT

This paper brings some ideas formulated in the “Philosophical Teaching and Learning in Discourses” research project, which aims at analyzing discursive production on philosophical teaching and learning, embodied in published books managed from the South Brazilian Symposium on Teaching Philosophy, organized by the Forum of South Philosophy Programs in the Southern Brazil. For one decade, this event was held at one of the universities in the region year by year, with subsequent publication of a book. Thus, there is an important collection of books that hold discourses on

¹ Doutora pela Universidade de São Paulo (USP) e professora na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), RS, Brasil. E-mail: elisetem2@gmail.com

philosophy teaching about elementary education and on Philosophy teachers training in Higher Educational institutions. An exercise in discourse analysis was carried out based on Michel Foucault's works.

Keywords: Philosophy teaching; philosophizing; discourse.

Considerações iniciais

Este artigo apresenta alguns resultados iniciais da pesquisa “Ensino e Aprendizagem Filosófica em Discurso”, cujo objetivo é identificar e analisar as condições de produção dos discursos sobre ensino e aprendizagem de Filosofia produzidos por pesquisadores/professores da área. Esses discursos estão materializados nos capítulos dos livros que resultaram das apresentações nas diversas edições do Simpósio Sul-Brasileiro sobre Ensino de Filosofia, organizado pelo Fórum Sul de Coordenadores de Cursos de Filosofia, que:

é uma organização informal, por meio da qual os Coordenadores de Cursos de Licenciatura em Filosofia, com a participação dos respectivos Departamentos de Filosofia, procuram criar ocasiões que possibilitem não somente a troca de experiências, mas o adensamento das políticas institucionais voltadas para o crescimento do ensino de Filosofia. (RIBAS *et al.*, 2005, p. 11)

Entre os anos de 2001 e 2010, anualmente, o evento era realizado em alguma Instituição de Ensino Superior (IES) da Região Sul do Brasil. Encontravam-se ali professores e estudantes de cursos de Filosofia, estudantes de cursos de pós-graduação em Educação e Filosofia, professores de Filosofia da escola básica (sempre em menor número), os quais tinham como interesse a investigação sobre o ensino da disciplina na escola básica e sobre a formação dos futuros professores.

Referindo-se à realização do primeiro evento, em 2001, os coordenadores, na apresentação do livro *Um olhar sobre o ensino de Filosofia* (2002), destacaram suas posições e objetivos:

Durante três dias do mês de abril de 2001, estiveram reunidos em Passo Fundo/RS mais de quinhentos participantes de dez Estados brasileiros,

motivados pela teimosia, pela coragem e pelo compromisso de olhar crítica, criteriosa e cuidadosamente o ensino de Filosofia. Teimosia porque seus idealizadores e organizadores acreditam que é importante e necessário criar estratégias de debate para que a discussão sobre o ensino de Filosofia deixe o anonimato, o espontaneísmo, o didatismo, o pedagogismo e ocupe um lugar central na reflexão dos cursos de licenciatura de Filosofia. (FÁVERO; RAUBER; KOHAN, 2002, p. 9).

O Simpósio Sul-Brasileiro sobre Ensino de Filosofia rapidamente se tornou reconhecido como um evento importante nessa área. Ultrapassou as fronteiras da Região Sul e acolheu pesquisadores, professores e acadêmicos de outros Estados da federação. O evento teve o mérito de reinstaurar, nessa região, um movimento que propunha colocar em cena o ensino da Filosofia e a formação ocorrida nos respectivos cursos de licenciatura, os quais, durante algumas décadas, haviam ficado distanciados dessa problemática. O objetivo dos organizadores do evento era estruturar um movimento pelo retorno da Filosofia à escola básica e, também, colocar em discussão a formação oferecida aos futuros professores no âmbito dos cursos de licenciatura em Filosofia.

O período de realização dos simpósios contempla parte significativa da história dos debates, embates e luta política pelo retorno obrigatório da disciplina ao Ensino Médio brasileiro. Constitui-se, portanto, como um acervo dos discursos acerca do ensino e da aprendizagem da Filosofia na escola. O material bibliográfico oriundo desses simpósios tem servido, assim, como fonte de reflexão e de estudo para estudantes e professores formadores nos cursos de Filosofia, sendo considerado um material de investigação valioso para a área.

Cabe aqui lembrar que a disciplina Filosofia foi retirada do currículo escolar brasileiro no período da ditadura militar, nos anos setenta, e em seu lugar foram colocadas as disciplinas Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSP), com vistas à defesa das tradições e manutenção da ordem e dos valores nacionais.

O primeiro movimento de luta nacional pelo retorno da Filosofia ao Ensino Médio ocorreu na década de 1980, quando a democratização entrava lentamente na ordem do dia. Os debates iniciaram nos departamentos e nos cursos de Filosofia de muitas universidades brasileiras. Conforme Gallina (2000, p. 41),

Surgiram em 1983 dois importantes manifestos. No encontro realizado na PUCCAMP, em maio de 1983, intitulado “A volta da Filosofia ao 2º grau”, foi redigido um documento conhecido como Documento de

Campinas. [...] No mesmo ano, o Departamento de Filosofia na USP enviou uma carta ao então secretário da Educação, Paulo de Tarso Santos, reivindicando a volta da disciplina ao Ensino Médio.

Na década de 1990, umas das primeiras obras a retomar as questões acerca do ensino de Filosofia foi o livro *Filosofia e seu ensino*, publicado em 1996, do qual participaram os professores Paulo Arantes, Franklin Leopoldo e Silva, Celso Favaretto, Ricardo Fabrinni e Salma T. Muchail. Em 2000, conectada com o movimento de luta pelo retorno da Filosofia ao currículo escolar, a Editora Vozes lançou a coleção *Filosofia na Escola*, cujo livro *Filosofia no Ensino Médio*, organizado por Silvio Gallo e Walter Kohan, dois importantes pesquisadores e divulgadores dessa temática no Brasil, trouxe importantes contribuições para as discussões sobre o tema naquele momento. Os capítulos desse livro abordavam fundamentalmente o ensino de Filosofia no nível médio: “A presença da Filosofia no currículo do Ensino Médio brasileiro” (Geraldo B. Horn); “A disciplina de Filosofia e o Ensino Médio” (Simone F. S. Gallina); “A Filosofia no Ensino Médio: uma disciplina necessária” (Humberto Guido); “Filosofia no Ensino Médio: relato de uma experiência” (Maria L. A. Aranha); “Um sentido para o ensino de Filosofia” (Renê Trentin); e “Crítica de alguns lugares-comuns ao se pensar a Filosofia no Ensino Médio” (Silvio Gallo e Walter Kohan). A obra marcou o início de uma crescente produção acerca do tema, possibilitando a emergência de discussões e o conseqüente envolvimento de muitos com esse campo de saber.

Em 2003, a Editora Vozes publicou, como parte da mesma coleção, o livro *Filosofia do ensino de Filosofia*. Nessa obra, os autores demarcaram seus discursos sobre didática da Filosofia, enfatizando que esta deveria constituir-se como um “ensino filosófico da Filosofia”. Para inspirar os leitores brasileiros, com uma reflexão ainda insipiente sobre o assunto, os autores apresentaram experiências acerca do ensino da Filosofia realizadas em países como Uruguai, França, Argentina e Itália.

A essas produções seguiram-se artigos e dossiês sobre o ensino de Filosofia. Um dos primeiros dossiês sobre a temática, publicado na *Revista Educação*, no ano de 2002, foi organizado pelo professor Amarildo Luiz Trevisan, da Universidade Federal de Santa Maria.

A existência dessas obras e de autores dedicados ao tema, dos quais apresentamos apenas alguns, indica que houve uma significativa retomada da produção acadêmica acerca do ensino da Filosofia no contexto do Ensino Médio brasileiro. Essa produção, em grande medida, materializou discursos que, primeiramente, destacavam as perspectivas de retorno da disciplina, mas, ao

mesmo tempo, apontavam para a necessidade do surgimento de novas abordagens metodológicas e de outras maneiras de desenvolver a aula de Filosofia. A par disso, várias críticas foram feitas aos processos formativos realizados pelos respectivos cursos de licenciatura, de forma a ressaltar a necessidade de mudança para um novo tempo que estava chegando, com a concretização da obrigatoriedade da Filosofia na escola.

O conjunto das obras publicadas pela Editora Unijuí, resultantes das nove edições do Simpósio Sul-Brasileiro sobre Ensino de Filosofia, somou-se às produções acima citadas em importância para a área. Nesse período, deve ser ressaltado o aumento no número de pesquisas de mestrado e doutorado sobre a temática nos cursos e/ou programas de pós-graduação em Educação, orientadas por docentes com formação inicial em Filosofia, mas em sua maior parte com doutoramento em Educação. Cabe destacar, todavia, que os cursos de pós-graduação em Filosofia das universidades brasileiras não têm acolhido linhas de pesquisa que tenham como objeto de investigação as temáticas do ensino e da aprendizagem filosófica, tendo priorizado, em vez disso, as investigações circunscritas à especificidade do campo da Filosofia.

Tendo como amparo teórico-metodológico uma “ontologia do presente”,² em nossa pesquisa, procuramos analisar os discursos sobre ensino da Filosofia, atentos ao tempo e às condições de seu dizer e de sua escritura. Foucault, ao referir-se à crítica realizada por Kant à atualidade de seu tempo, escreve que não se trata de uma crítica transcendental e que não tem por finalidade tornar possível uma metafísica.

Quero dizer que esse trabalho realizado nos limites de nós mesmos deve, por um lado, abrir um domínio de pesquisas históricas e, por outro, colocar-se à prova da realidade e da atualidade, para simultaneamente apreender os pontos em que a mudança é possível e desejável e para determinar a forma precisa a dar a essa mudança. O que quer dizer que essa ontologia histórica de nós mesmos deve desviar-se de todos esses projetos que pretendem ser globais e radicais. De fato, sabe-se pela experiência que a pretensão de escapar ao sistema da atualidade para

² Foucault, no texto “O que são as luzes?”, afirma de Kant: “Mas me parece que é a primeira vez que um filósofo liga assim, de maneira estreita e do interior, a significação de sua obra em relação ao conhecimento, uma reflexão sobre a história e uma análise particular do momento singular em que ele escreve e em função do qual ele escreve. A reflexão sobre a ‘atualidade’ como diferença na história e como motivo para uma tarefa filosófica particular me parece ser a novidade deste texto” (FOUCAULT, 2005, p. 341).

oferecer programas de conjunto de uma outra sociedade, de um outro modo de pensar, de uma outra cultura, de uma outra visão de mundo apenas conseguiu reconduzir às mais perigosas tradições. (FOUCAULT, 2005, p. 348)

Portanto, em nossas análises, não procuramos encontrar um modelo, uma norma para o ensino da Filosofia. Importou-nos, sim, diagnosticar a situação que se apresentou para que um discurso sobre o ensino da Filosofia ali emergisse.

Um exercício de análise discursiva

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. [...] Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. (FOUCAULT, 1998, p. 8-9)

O primeiro Simpósio Sul-Brasileiro sobre Ensino de Filosofia ocorreu em 2001, na Universidade de Passo Fundo; as demais edições ocorreram: em 2002 na UNIJUÍ; em 2003 na PUC-PR; em 2004 na UNISINOS; em 2005 na UNIFRA (Centro Universitário Franciscano); em 2006 na UEL; em 2007 na PUC-RS; em 2008 na UCS (Universidade de Caxias do Sul); e em 2010 no IPA. A realização dos simpósios na Região Sul tornou possível o encontro dos interessados nas investigações e discussões sobre o assunto e publicizou as produções realizadas, com o intuito de fortalecer a defesa da obrigatoriedade da Filosofia na escola, com base principalmente nos seguintes argumentos: a possibilidade de formação de um aluno consciente e crítico, com condições de exercer sua cidadania; o desenvolvimento da capacidade argumentativa e de habilidades de leitura e escrita, entre outros.

No ano de 2006, a comissão organizadora do livro resultante do VI Simpósio Sul-Brasileiro sobre Ensino de Filosofia, ocorrido na Universidade Estadual de Londrina (UEL), destacava que o evento “cumpre o seu papel de subsidiar o

debate sobre a Filosofia e seu ensino, ao mesmo tempo em que fortalece a volta da Filosofia à Educação Básica” (MAAMARI *et al.*, 2006, p. 11).

Nesse período, os discursos eram hegemônicos com respeito à importância da aprovação da obrigatoriedade da disciplina no currículo escolar brasileiro, atribuindo-lhe, muitas vezes, certo poder redentor dentro da escola e ressaltando sua condição de promover mudanças que efetivariam uma *formação crítica, ética e cidadã* dos jovens alunos. Por outro lado, os pesquisadores/professores apresentavam questões sobre as deficitárias condições da escola, sobre a empobrecida condição cultural dos alunos e, por conseguinte, sobre a necessária mudança nos cursos formadores de professores de Filosofia.

No presente texto, realizamos um exercício de análise discursiva que busca auxiliar a compreender “como se instaura certo discurso, quais suas condições de emergência ou suas condições de produção” (FISCHER, 1996, p. 117). Para Foucault (1986, p. 46), “O discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história”. O discurso não é um conjunto de signos que carrega um significado “oculto, dissimulado, distorcido, intencionalmente deturpado” (FISCHER, 2001, p. 198); é um conjunto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva³ e, por isso, demandam sempre uma análise histórica, pois são situados num tempo, constituídos por determinadas condições de reconhecimento e de luta nos espaços institucionais. Assim, ao procurar fazer uma análise dos discursos sobre ensino da Filosofia, esforçamo-nos por “interrogar a linguagem – o que efetivamente foi dito – sem a intencionalidade de procurar referentes ou de fazer interpretações reveladoras de verdades e sentidos reprimidos” (FISCHER, 2001, p. 205).

A obrigatoriedade do ensino da Filosofia na lei e a desobrigação nos cursos

É preciso perguntar: por que isso é dito aqui, deste modo, nesta função, e não em outro tempo e lugar, de forma diferente? (FISCHER, 1996, p. 108)

³ Segundo Foucault, em *A arqueologia do saber* (2000, p. 43), “No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva”.

Na apresentação do primeiro livro, já em seus primeiros parágrafos, destacam-se os alertas:

Não basta batalhar para que a legislação determine a obrigatoriedade da disciplina Filosofia no Ensino Médio se os cursos de Filosofia não tiverem uma política de formação do professor de Filosofia.

[...]

O ensino de Filosofia deve ocupar um lugar central na reflexão dos cursos de licenciatura em Filosofia. (FÁVERO; RAUBER; KOHAN, 2002, p. 9).

Embora o evento tenha sido organizado pelos cursos de Filosofia da Região Sul, mais especificamente por seus coordenadores, seus apresentadores manifestavam desconfiança em relação ao que se fazia com relação ao ensino da Filosofia nos seus próprios cursos. Ao mesmo tempo, faziam um alerta para que se assumisse essa responsabilidade.

Desde a promulgação da LDB-9.394/1996 até o ano de 2001, data do primeiro simpósio, constituiu-se um movimento nacional, em diferentes instâncias políticas, pelo apoio à obrigatoriedade da disciplina. Entretanto, apesar do crescimento e da visibilidade desse movimento, alguns discursos chamavam atenção para o perigo que representaria vencer a batalha no âmbito da legislação e não vencê-la no âmbito dos cursos de Filosofia. O discurso enfatizava a luta em duas frentes: no campo da legislação, conseguir a aprovação da obrigatoriedade, e, no âmbito dos cursos de licenciatura, refletir e modificar as práticas formativas de docentes.

O tensionamento entre o discurso pela obrigatoriedade legal e o discurso que demarcava a desobrigação dos cursos em relação ao ensino da Filosofia foi constante ao longo do texto de apresentação do referido livro:

É necessária a coragem de sair das estruturas “protetoras” dos departamentos [...].

[...] Não é coerente que os cursos de licenciatura em Filosofia continuem exercendo seu papel de licenciar futuros professores de Filosofia sem pensar com seriedade a formação dos professores de Filosofia. (FÁVERO; RAUBER; KOHAN, 2002, p. 9-10).

Pode-se, então, perguntar: por que tais afirmações puderam ser ditas naquele momento, produzindo efeitos de verdade?⁴ Que sujeitos puderam pronunciá-las? Professores dos departamentos e cursos de Filosofia que representavam, de

forma unânime, o pensamento de todos os colegas? Os sujeitos professores dos cursos de Filosofia, participantes nas ações do Fórum e do Simpósio, ao longo da década, eram todos aqueles envolvidos com as disciplinas que propunham discussões, leituras, reflexões sobre ensino da Filosofia? Quem eram os sujeitos professores, pertencentes aos cursos de Filosofia, que se investiam de autoridade para falar e escrever sobre seu ensino?

Os coordenadores dos cursos sempre tiveram lugar garantido nas mesas-redondas realizadas nos simpósios, mas também participavam outros professores dos departamentos de Filosofia que manifestassem interesse em produzir um escrito e fazer sua apresentação, assim como convidados de instituições de outras regiões brasileiras com produção significativa no campo do ensino da Filosofia. Os discursos sobre o ensino da disciplina na escola básica, prioritariamente no Ensino Médio, poderiam indicar que tais sujeitos teriam um envolvimento constante com tal objeto de pesquisa nos cursos de Filosofia. Essa situação os autorizaria a falar e a escrever acerca deste objeto – ensino da Filosofia no Ensino Médio.

No entanto, considerando-se que a constituição do campo de saber denominado *Ensino da Filosofia* foi fortalecida a partir de sua legitimação no campo maior dos saberes da Educação e da Filosofia, no mesmo período em que aconteciam as reuniões de coordenadores dos cursos de Filosofia da Região Sul e os já referidos simpósios sobre ensino da Filosofia, pode-se perceber a dispersão de autores que escrevem nos referidos livros. Muitos professores escreveram sobre a temática sem serem efetivos estudiosos, pesquisadores, e também professores, envolvidos com as questões do ensino da Filosofia em seus cursos. Nesse caso, cabe indagar, como Rosa Bueno Fischer faz em sua tese,

qual o *status* do enunciador, qual sua competência, em que campo de saber se insere, qual seu lugar institucional, como seu papel se constitui juridicamente, como se relaciona hierarquicamente com outros poderes além do seu, como é realizada sua relação com outros indivíduos no espaço ocupado por ele. Também cabe indagar sobre o “lugar de onde fala”, o lugar específico no interior de uma dada instituição, a fonte do discurso daquele falante; e sobre a sua efetiva “posição de sujeito” – suas ações concretas basicamente como sujeito incitador e produtor de saberes. (FISCHER, 1996, p. 110)

⁴ Foucault, em *Ditos e escritos II* (2005, p. 253), afirma: “Entendo por verdade o conjunto dos procedimentos que permitem pronunciar, a cada instante e a cada um, enunciados que serão considerados como verdadeiros. Não há absolutamente uma instância suprema”.

Certamente o lugar institucional, privilegiado, dos enunciadores era o curso de Filosofia, a partir de seu envolvimento com os saberes e práticas filosóficas; no entanto, será necessário avançar na identificação de outros elementos para que seja possível descrever suas relações e práticas com o ensino da Filosofia, e mais, sua permanência, ao longo da década de realização dos simpósios, no envolvimento com o objeto de investigação *ensino da Filosofia*.

Por ora, constatamos a presença constante dos coordenadores dos cursos de Filosofia nesses eventos, aderindo à ordem discursiva que inscrevia a necessidade de retorno da disciplina ao currículo escolar. Mesmo que, durante muito tempo, o ensino tenha sido considerado um tema periférico nos cursos de Filosofia, pode-se dizer que ocorreu uma aderência superficial a esse discurso emergente. Certamente o Fórum, os Simpósios e a publicação dos livros daí oriundos constituíram-se como espaços de visibilidade e de poder, que repercutiam favoravelmente nos cursos, com a abertura desses mesmos espaços também para disciplinas, discussões e outras práticas cujo objeto fosse o ensino da Filosofia na escola.

Nessa situação, circulavam as questões acerca da obrigatoriedade e todas as suas implicações para aquela comunidade institucional. No entanto, considerando os alertas no texto de apresentação do referido livro e de outros tantos que circularam à época sobre a inexistência de políticas nos cursos de Filosofia para a formação dos futuros professores, podemos supor que esse discurso da obrigatoriedade não era hegemônico e não penetrava facilmente nesses contextos. Por outro lado, instalar-se naquela ordem discursiva tinha como objetivo, naquele momento, angariar um capital político e de poder entre o conjunto dos professores e da comunidade filosófica de cada instituição. Defender a obrigatoriedade da disciplina Filosofia pode ser comparado a uma onda da qual não se poderia fugir facilmente, sob pena de colocar-se contra um objetivo nobre – a formação filosófica das jovens gerações. Também significaria deixar de lutar por espaços de trabalho para os estudantes dos cursos de licenciatura em Filosofia, futuros professores.

Em face disso, o presente texto é resultado de uma tentativa de

aprender as coisas ditas como acontecimentos, como algo que irrompe num tempo e espaço muito específicos, ou seja, no interior de certa formação discursiva – esse feixe complexo de relações que “faz” com que certas coisas possam ser ditas (e serem recebidas como verdadeiras) num certo momento e lugar. (FISCHER, 2003, p. 373).

Qual formação discursiva possibilitou que tais enunciados pudessem ser proferidos e situados no interior de certos discursos de professores de cursos de licenciatura em Filosofia?

O ensino de Filosofia no curso secundário brasileiro, apesar de sua longa história e de suas intencionais interrupções nos regimes autoritários, não deixou raízes, não incorporou experiências nem alcançou prestígio. (GHEDIN, 2002, p. 223)

[...] a formação de professores e professoras talvez seja hoje uma problemática tão complexa quanto essa do ensino de filosofia. Além do mais, seria lamentável se toda a articulação em torno da questão do retorno da Filosofia à educação escolar em nível médio não se ocupasse, inclusive da necessária formação docente. (MATOS, 2002, p. 252).

Nos excertos acima, os cursos de Filosofia aparecem como produtores de práticas discursivas e não discursivas que estariam em discordância com o discurso acerca da importância do ensino da Filosofia. Considerando a história dos cursos de licenciatura em Filosofia no Brasil, após a retirada da disciplina do currículo escolar, pode-se afirmar que a formação docente voltada para as questões do ensino da Filosofia na escola não teve presença significativa. No entanto, não se pode deixar de mencionar que esse descaso para com as questões concernentes à formação de professores compõe a história de todos os cursos de licenciatura durante o século XX no Brasil, e não apenas a dos cursos de licenciatura em Filosofia.

Por outro lado, a história da Filosofia, como uma prática de formação filosófica, não seria condição suficiente para formar um professor que tivesse como objetivo para suas aulas o “ensinar a filosofar”. Nesse sentido, os cursos estariam formando não o professor-filósofo, mas apenas o “filósofo”. Este estaria atrelado a uma filosofia que não seria a Filosofia a ser ensinada de forma a ser reconhecida e respeitada pelos estudantes na escola.

Pelas notícias que se tem, a maioria dos cursos de graduação em Filosofia das universidades brasileiras adotam como linha mestra de sua proposta a história da Filosofia, dando ao aluno um importante panorama dos sistemas e paradigmas filosóficos criados ao longo dos 25 séculos da Filosofia, abordando, a partir dela, a lógica, a ética, a estética, a antropologia e a epistemologia. A parte do currículo concernente à formação dos professores é deixada aos cuidados dos cursos de Pedagogia. (HEUSER, 2002, p. 290).

Note-se que há uma tensão quando se define a formação do futuro professor de Filosofia pautada na perspectiva da história da Filosofia, pois “o ensino da Filosofia é o espaço de encontro entre o saber filosófico, o saber pedagógico e outros saberes, que travam, no interior da escola, uma relação complexa e polêmica” (GHEDIN, 2002, p. 226). O ensino da Filosofia pela história da Filosofia não poderia ser repetido na escola, e, ao mesmo tempo, uma formação do professor de Filosofia pautada nessa história dificultaria o exercício filosófico como um pensar sobre si e sobre o mundo.

Mesmo que, desde a década de 70 do século XX, a preocupação central tenha sido “a explicitação, para a sociedade em geral e para os responsáveis pela educação em particular, da importância da recolocação da disciplina Filosofia no Ensino Médio e da urgência em se efetivar isso” (GELAMO, 2009, p. 43), no interior dos cursos o que preponderou foi o silêncio sobre o ensino da Filosofia. Pode-se dizer que, de dentro dos cursos para fora, emergia o discurso da importância da obrigatoriedade da disciplina no Ensino Médio; porém, no interior mesmo desses cursos, o que se vivenciou durante muito tempo foi a indiferença e a ausência de práticas vinculadas ao ensino que efetivassem a formação do futuro professor.

Muitos cursos de Filosofia do Brasil, durante todo o período em que a disciplina ficou excluída do currículo escolar, permaneceram como licenciatura, ou seja, permaneceram tendo como objetivo formal formar professores para atuarem na escola de Ensino Médio. Durante três décadas, continuaram conferindo diploma de professor a seus estudantes, porém, assumindo um perfil de curso de bacharelado, dando ênfase às questões de pesquisa sobre Filosofia e ignorando a existência de qualquer saber sobre seu ensino. Nos departamentos que mantinham cursos de mestrado e/ou doutorado em Filosofia, o curso de licenciatura encaminhava seus estudantes “naturalmente” para a pós-graduação. A formação do professor de Filosofia era, então, considerada como sendo de responsabilidade, apenas, de algumas disciplinas de caráter educacional/pedagógico. Dividiam-se, dessa maneira, as atribuições dos professores: aqueles pertencentes ao departamento de Filosofia ministravam as disciplinas de caráter estritamente filosófico, e os outros, pertencentes aos departamentos de Educação, alocados nas faculdades de Educação, ficavam responsáveis pelas disciplinas que “formariam” o professor (normalmente apenas um professor dava conta de tais disciplinas). Naquele contexto, era inexistente o prestígio do ofício de professor, considerado uma atividade de “segunda categoria” que, portanto, não mereceria maior atenção e envolvimento da comunidade de professores dos departamentos de Filosofia.

À guisa de conclusão: ensinar Filosofia é ensinar a filosofar

Apesar de todas as conquistas alcançadas, presenciamos, atualmente, o abandono do filosofar e de seu ensino, especialmente nos cursos universitários. Este fato coloca o ensino da Filosofia em uma situação um tanto quanto paradoxal. (GELAMO, 2009, p. 112)

“Ensinar Filosofia é ensinar a filosofar” – este é um enunciado marcante nos livros do Simpósio Sul-Brasileiro sobre Ensino de Filosofia. Jaime Paviani (2002, p. 41) afirmava enfaticamente: “A luta para introduzir a disciplina de Filosofia no Ensino Fundamental e Médio e nos demais cursos de graduação de nível superior é ineficaz caso não se tenha capacidade de exercitar o ato de filosofar em nossas aulas”. Acoplado, então, aos ditos acerca da obrigatoriedade da disciplina no Ensino Médio e da sua importância para a formação dos jovens estudantes, inscreveu-se sempre um discurso que procurava demarcar a especificidade desse ensino, invocando a necessidade de trazer à tona uma definição acerca do que se entendia por ensinar Filosofia.

No período que marcou o debate público sobre a importância da Filosofia no currículo escolar e sua necessária obrigatoriedade, foi claramente destacado que não bastava defender tal obrigatoriedade; era preciso, também, incorporar outras concepções de Filosofia e, conseqüentemente, de seu ensino. Procurava-se discorrer sobre outro sentido para esse ensino, que, ao fim, pudesse apresentar-se como uma saída para os graves problemas encontrados nas escolas no que tange ao ensino e à aprendizagem.

A entrada e a permanência na ordem do discurso que legitimou a importância da Filosofia e de seu retorno às escolas tiveram, então, como corolário, a afirmação de outro enunciado – “ensinar Filosofia é ensinar a filosofar”. Entretanto, esse enunciado não se constituiu a partir de uma unidade de sentido, pois, em seus escritos, cada autor discorre sobre sua concepção de Filosofia, da qual decorre uma compreensão específica acerca do ensinar a filosofar.

No primeiro capítulo do livro do primeiro simpósio – “Perspectivas atuais do ensino de Filosofia” –, o autor reconhece um movimento de visibilidade da Filosofia na sociedade brasileira daquele período, mas afirma que, para além dos espaços a serem ocupados pela disciplina na escola, seria preciso avaliar “o tipo de pensamento que se afirma e se promove sob o nome de Filosofia” (KOHAN, 2002, p. 9). Propõe, então, a pergunta: “É possível ensinar a pensar?”

Embora se reconheça a necessidade de um movimento de todos os envolvidos e produtores desse saber por salários dignos, cursos de formação de professores competentes, melhores condições de trabalho, formação sólida e continuada, considerou-se mais necessária uma “luta para dentro”, ou seja, no interior dos cursos de Filosofia. Essa luta, que se daria contra um adversário “talvez mais difícil”, precisaria tornar visível a resposta à pergunta feita por Kohan (2002, p. 39): “Qual a relação que estabelecemos com a própria Filosofia, nós os professores?” O que se ensina e se aprende em nome da Filosofia? Ensina-se apenas a tradição, apenas a história da Filosofia? Ensina-se apenas a “pensar um pensamento que já foi pensado”?

É interessante observar que, na apresentação do livro, é destacada a importância da Filosofia e da luta pelo seu retorno ao currículo escolar, salientando o contexto de indiferença e descaso dos cursos de licenciatura com relação às práticas formativas do ensino de Filosofia. Por isso, no texto que abre o livro, o primeiro capítulo enuncia uma suspeita, que se inscreve na pergunta: “O que corremos o risco de fazer com a Filosofia no seu retorno?” (KOHAN, 2002, p. 24). O autor indica sua perspectiva para o ensino de Filosofia e considera que estamos longe dela, pois pensar não é “como um conjunto de habilidades cognitivas, como um pacote de ferramentas de pensamento crítico e criativo, ou de competências cognitivas e afetivas. [...] o ensinar e aprender Filosofia estão atravessados pela categoria de experiência” (p. 36-37).

Diferentes funções e sentidos da disciplina Filosofia no Ensino Médio foram indicados no conjunto dos nove livros: o filosofar como o exercício de pensamento crítico e reflexivo realizado pelo estudante, que lhe permitirá tomar consciência, “conscientizar-se” para agir de outra maneira; a Filosofia como formadora de jovens para a cidadania. Porém, que sentido essa função assume, pergunta Silvio Gallo (2002, p. 190): transgressão, subversão ou afirmação da ordem posta?

Na sequência de seu texto, Silvio Gallo destaca o que deve ser o ensino da Filosofia no Ensino Médio: Filosofia como atividade de criação de conceitos; aula de Filosofia como oficina de conceitos, como empreendimento dinâmico e vivo, sempre criada e recriada. Os problemas filosóficos devem ter significação existencial para os estudantes. Trata-se aqui, para o autor, de situar a disciplina nos contornos da filosofia francesa contemporânea, mais propriamente no pensamento de Giles Deleuze e Michel Foucault.

Pensar criticamente, exercitar o pensamento crítico, são funções do ensino da Filosofia frequentemente apontadas, como procuramos mostrar neste texto. A função da disciplina seria, então, transformar os estudantes, que por sua vez transformariam a realidade, o seu mundo. No entanto, constata-se, em muitos discursos, que se trata de uma determinação genérica, que poderia ser manifes-

tada, sem nenhum impedimento, como objetivo de outras disciplinas escolares. Nesse caso, pela análise realizada, percebemos uma carência de argumentos que pudessem evidenciar a especificidade do ensino do filosofar e do ensino do pensamento crítico no contexto da escola contemporânea.

Neste texto, então, consideramos que o enunciado *ensinar Filosofia é ensinar a filosofar* abriga diferentes modos de conceber o ensino, a aprendizagem e a Filosofia. Pode-se considerar que o verbo “filosofar” aciona a ideia de “ação”, de atividade realizada não apenas pelo professor, mas pelos estudantes, prioritariamente. O discurso sobre o ensino da Filosofia, analisado neste pequeno texto, foi em certos aspectos condicionado pela conjuntura política, social e institucional daquele período. Os cursos de Filosofia, preocupados muito mais com a formação de pesquisadores do que com a formação de pesquisadores/professores de Filosofia, passaram a conviver com o discurso sobre o ensino da Filosofia, que lentamente começou a circular em seus espaços. Tal circulação foi inevitável e, mesmo que tenha se dado de forma tímida e deslocada dos processos que ali aconteciam, provocou tensionamentos que constituem o espaço formativo dos futuros professores de Filosofia.

REFERÊNCIAS

AMARILDO L. Trevisan. *Revista Educação – Dossiê Filosofia e Ensino*, Santa Maria, v. 27, n. 2, p. 69-75, 2002.

FAVARETTO, Celso. Filosofia, ensino e cultura. In: KOHAN, Walter (Org.). *Filosofia: caminhos para seu ensino*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 43-53.

FÁVERO, Altair Alberto; RAUBER, Jaime José; KOHAN, Walter Omar (Org.). *Um olhar sobre o ensino de Filosofia*. Ijuí: Unijuí, 2002.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Adolescência em discurso: mídia e produção da subjetividade*. Tese (Doutoramento) - Faculdade de Educação da UFRGS. Porto Alegre, 1996.

_____. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 114, p. 197-223, nov. 2001.

_____. Foucault revoluciona a pesquisa em educação? *Perspectiva*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 371-389, jul./dez. 2003.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Campinas: Loyola, 1998.

_____. *Ditos e escritos II – Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Tradução Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GALLINA, Simone F. S. A disciplina de Filosofia e o Ensino Médio. In: GALLO, Silvio; KOHAN, Walter Omar. (Orgs.). *Filosofia no Ensino Médio*. Rio de Janeiro; Petrópolis: Vozes, 2000.

GALLO, Silvio. Filosofia no Ensino Médio: em busca de um mapa conceitual. In: FÁVERO, Altair Alberto; RAUBER, Jaime José; KOHAN, Walter Omar (Org.). *Um olhar sobre o ensino de Filosofia*. Ijuí: Unijuí, 2002. p. 189-208.

_____; KOHAN, Walter O. (Orgs.). *Filosofia no Ensino Médio*. Rio de Janeiro; Petrópolis: Vozes, 2000.

GELAMO, Rodrigo Peloso. *O ensino da Filosofia no limiar da contemporaneidade: o que faz o filósofo quando seu ofício é ser professor de Filosofia?* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

GHEDIN, Evandro. A problemática da Filosofia no Ensino Médio. In: FÁVERO, Altair Alberto; RAUBER, Jaime José; KOHAN, Walter Omar (Org.). *Um olhar sobre o ensino de Filosofia*. Ijuí: Unijuí, 2002. p. 209-234.

HEUSER, Ester M. D. O ensino de Filosofia e a formação de professores. In: FÁVERO, Altair Alberto; RAUBER, Jaime José; KOHAN, Walter Omar (Org.). *Um olhar sobre o ensino de Filosofia*. Ijuí: Unijuí, 2002. p. 285-296.

KOHAN, Walter. Perspectivas atuais do ensino de Filosofia no Brasil. In: FÁVERO, Altair Alberto; RAUBER, Jaime José; KOHAN, Walter Omar (Org.). *Um olhar sobre o ensino de Filosofia*. Ijuí: Unijuí, 2002. p. 21- 40.

MAAMARI, Adriana Mattar *et al.* (Org.). *Filosofia na Universidade*. Ijuí: Unijuí, 2006.

MATOS, Junot C. Discutindo a formação dos professores de Filosofia. In: FÁVERO, Altair Alberto; RAUBER, Jaime José; KOHAN, Walter Omar (Org.). *Um olhar sobre o ensino de Filosofia*. Ijuí: Unijuí, 2002. p. 251-273.

PAVIANI, Jaime. Filosofia do ensino de Filosofia. In: FÁVERO, Altair Alberto; RAUBER, Jaime José; KOHAN, Walter Omar (Org.). *Um olhar sobre o ensino de Filosofia*. Ijuí: Unijuí, 2002. p. 41-52.

RIBAS, Maria Alice Coelho *et al.* (Org.). *Filosofia e ensino: a Filosofia na escola*. Ijuí: Unijuí, 2005.

Texto recebido em 19 de fevereiro de 2012.

Texto aprovado em 25 de junho de 2012.